ECONOMIA

economia@correiodoestado.com.br

RECEITA

Arrecadação de ICMS cai 7,5% no bimestre e supera R$ 1 bilhão

Prevendo queda na receita, administração estadual tomou série de medidas para reduzir gastos no ano

RENATA PRANDINI

GERSON OLIVEIRA/ARQUIVO

GÁS. Queda na arrecadação do imposto sobre o gás boliviano continua refletindo nas finanças

O governo do Estado fechou o primeiro bimestre deste ano com queda de 7,56% na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Conforme demonstrativo da receita corrente líquida, divulgado na edição de ontem do Diário Oficial do Estado, no primeiro bimestre deste ano, o Estado arrecadou R$ 1,099 bilhão com o tributo, R$ 89,9 milhões a menos em comparação ao mesmo período do ano passado, quando ficou em R$ 1,188 bilhão.

Em contrapartida, a arrecadação com o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aumentou em 7,93% no ano, passando de R$ 288,734 milhões, no primeiro bimestre de 2016, para R$ 311.643 milhões, somados os resultados dos meses de janeiro e fevereiro deste ano.

O comportamento do IPVA, assim como outras fontes de receita, ajudou a amenizar o impacto no geral, que fechou com queda de 1,58%. Ainda segundo dados do relatório, a receita corrente líquida de Mato Grosso do Sul foi de R$ 1.535.241.067,25 no bimestre, sendo R$ 887,836 milhões em janeiro e R$ 647,404 milhões em fevereiro. No primeiro bimestre do ano passado, a arrecadação estadual havia fechado em R$ 1.558.934.526,31, sendo R$ 913.084 milhões em janeiro e R$ 645.849 milhões em fevereiro, com deduções.

1,5 bi

DE REAIS
Foi o valor da receita corrente líquida do Estado no 1º bimestre deste ano, segundo a Sefaz.

A queda na arrecadação já era prevista desde o ano passado, em decorrência do agravamento da recessão econômica nacional. No caso de Mato Grosso do Sul, a situação foi agravada com a queda na arrecadação do ICMS do gás natural, que tirou dos cofres públicos estaduais aproximadamente R$ 60 milhões ao mês. Desde então, o governo do Estado vem anunciando medidas para a retenção de gasto e também para aumentar a arrecadação.

Uma das medidas que podem ajudar a amenizar esse quadro foi anunciada nesta terça-feira, quando o governo do Estado publicou decreto que altera a forma de tributação do gás natural importado pela Petrobras. Anteriormente, o tributo era cobrado na hora da venda. Agora, com o novo decreto, a cobrança do tributo ocorre na importação. Com isso, o governo pretende melhorar o fluxo de caixa.

Na semana passada, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul havia aprovado o Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos do Estado. Na época, o governador informou que a PEC é fundamental para o equilíbrio financeiro do Estado. "O governo acaba, mas o Estado continua. [A PEC] visa só gastar aquilo que arrecada, e não comprometer as finanças públicas".

No pacote de medidas de contingenciamento do governo do Estado também estão as novas regras da Previdência, que serão definidas após a reforma pelo governo federal.